

O DIREITO PÚBLICO À EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

THE PUBLIC RIGHT TO SPECIAL EDUCATION

Gilberta Sampaio De Martino JANNUZZI²

RESUMO

O texto, procurando explicitar a educação especial no conjunto dos condicionantes históricos atuais, reflete sobre o significado dos termos: direito público, educação e educação especial. Enfatiza a necessidade da luta conjunta dos diversos grupos de excluídos em torno dos direitos fundamentais à condição de vida humana digna.

Palavras-chave: Educação Especial; Direito à Educação; História da Educação.

ABSTRACT

The text discusses special education within the context of current historical conditioning factors and offers insights on concepts of related terms: rights, public interest initiatives, education and special education. It emphasizes the much needed struggle of marginal social groups for the fulfillment of their basic rights and proper standards of living conditions.

Key words: Special Education; Right to Education; History of Education.

Este foi o tema que nos foi proposto ao debate. Procuraremos levantar questões acerca de quatro pontos a ele relacionados: o direito, o público, a educação e a educação especial.

⁽¹⁾ Texto apresentado na PUC-Campinas em 24/04/2001.

⁽²⁾ Livre Docente da Faculdade de Educação da UNICAMP.



Artigos

DIREITO: dentre os seus vários significados pode-se entender o termo como: "prerrogativa que alguém possui de exigir de outrem a prática ou abstenção de certos atos, ou o respeito à situação que lhe aproveitam..." (Dicionário Aurélio). Isso implica, no mínimo, na possibilidade de cada um de nós exigir de todos o que se refere à dignidade de Pessoa Humana, tal como o direito à vida, à segurança, ou como já foi defendido há muitos séculos, desde a Revolução Francesa, século XVIII, o direito à liberdade, à igualdade, à fraternidade.

Modernamente, a partir de 1950, os Organismos Internacionais selecionaram o Produto Interno Bruto (PIB) de um país como um meio de expressar a sua posição dentre os demais países, em relação a uma face de direitos básicos. Posteriormente, em 1990, foi criado o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), convencionando-se para isso outros indicadores sociais baseados na EDUCAÇÃO - taxa de analfabetismo e escolaridade; SAÚDE - baseada no cálculo de esperança de vida ou seja na síntese das condições de saúde e riscos à morbi-mortalidade; e PADRÃO DE VIDA ADEQUADO - o cálculo do PIB *per capita* segundo técnica específica para refletir melhor a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência do indivíduo num dado país (Jannuzzi, 2001:119-121). A esse IDH desde 1997 vem sendo acrescentado o Índice de Pobreza Humana, IPH, que expressa, até certo ponto, a pobreza e a exclusão social. Nos países em desenvolvimento esse IPH é calculado pela LONGEVIDADE - porcentagem de pessoas que não devem sobreviver após 40 anos, - EDUCAÇÃO E CULTURA - taxa de analfabetismo funcional de pessoas depois dos 15 anos de idade - e RECURSOS DE SOBREVIVÊNCIA - percentual de pessoas sem acesso à água potável, serviços de saúde e de peso insuficiente até os 5 anos de idade (obra citada). Com base nesses indicadores, o Brasil desde 1999 tem sido classificado com valores baixos, próximos à Colômbia, Peru, Paraguai, bem distante de países

como Estados Unidos, Suécia, Canadá. Atualmente, dados recentes do IBGE, do ano 2000, embora atestem a melhoria de alguns indicadores sociais ainda mostram que ocupamos lugar bem abaixo do desejado. Embora existam possibilidades de contestação desses indicadores, sabemos pela experiência vivida, pela observação das nossas cidades, pelos meios de comunicação de massa que temos poucos grupos sociais entre nós que gozam dos direitos fundamentais à existência humana digna, apesar de dois séculos de proclamação da igualdade de todos os cidadãos nas Constituições Brasileiras. Na prática efetiva isto se coloca como um anseio, um desejo, um horizonte a ser atingido, demonstrando que direito é algo a ser conquistado em organizações sociais como as nossas. As lutas sociais passadas e as atuais, desenvolvidas por certos setores que vão se organizando, comprovam isto, como por exemplo: a luta das mulheres, que entre nós só adquiriram o direito de votar a partir da Constituição de 1934; os negros; os homossexuais; os diferentes de físico e de intelecto, que ainda não participam de espaços comuns a todos como a freqüência às ruas, ainda sem adaptações que lhes permitam o fácil acesso. É fato que se conquistou direitos nas diversas legislações, o que já reflete parte dessa luta, importante sem dúvida, pois serve de base a reivindicações, mas insuficiente para garantir espaços efetivos, nas escolas, no trabalho, enfim na participação comunitária. E hoje, alguns grupos partiram até para ocupação de lugares físicos, concretos, como os sem terra, os sem teto; e vão sendo ocupados espaços para distribuir alimentação aos "moradores de rua"; o calendário nacional reserva comemorações em lugares públicos celebrando datas significativas para grupos de excluídos. Assim há o dia do deficiente, do analfabeto, dos colhedores de papel, o Dia de Luta do Povo de Rua; surgem jornais para comunicação entre elementos filiados e voluntários das diversas camadas sociais são arregimentados para os trabalhos com esses grupos específicos. Alguém já salientou que hoje vivemos no sistema de tribos, de grupos particulares que se engajam em

lutas de defesa de alguns de seus direitos específicos. Se de um lado, isto seja um princípio talvez mais fácil de arregimentar elementos para uma frente de batalha, dada a afinidade de interesse e de amizade, de outro lado, possibilita também a formação de guetos fechados, com boa organização interna, acentuando particularidades importantes sim, muitas dignas de serem preservadas; porém, podem dificultar o intercâmbio da riqueza que existe na diversidade humana e da própria cultura geral do país. É preciso frisar que nessas lutas particulares há um eixo comum de reivindicação básica dos direitos humanos dos quais as diversas minorias são excluídas. A luta conjunta de todos em torno desses direitos, sem dúvida, repercutirá mais fortemente e com mais condição de ser ouvida e conquistada. Talvez devamos pensar em nos unir em torno dos fundamentos básicos, preservando as diferenças sim, mas intercambiando idéias, enriquecendo-nos com as possíveis soluções vislumbradas. Desta forma, nós que estamos lutando por uma dessas faces de direitos sociais, que é a educação, também não podemos esquecer dos outros direitos dos deficientes, como a luta pela saúde e pelos recursos de sobrevivência, unindo-nos aos demais grupos de excluídos.

Nesse sentido, se considerarmos as condições de vida dos deficientes, baseando-nos no Censo expandido de 1991, uma vez que o de 2000 ainda não está disponível, encontramos os seguintes dados: na população total do país, de 146.816.000 habitantes, o número de deficientes era de 2.198.489, ou 1,50%. Considerando a faixa de Renda Familiar de 0 a 2 salários mínimos, nela havia 46,8% da população total e a taxa de deficientes nessa mesma faixa era de 1,64%. No entanto, a faixa Sem Rendimento, portanto de maior pobreza, cuja taxa global era de 2,2%, apresentava uma taxa de 5,0% de deficientes. Esses dados variaram para as diversas regiões e estados do país. Considerando o Estado de São Paulo, geralmente apontado como um dos mais ricos, os deficientes que estão dentro da faixa dos Sem Rendimentos, passavam a ser 9,6%

(Jannuzzi, N, Jannuzzi, G., 1998, Tabelas 5 a 6, p.2901). Isto nos dá uma idéia da precariedade das condições de vida dessa população.

O segundo ponto de debate é o significado de PÚBLICO. Temos presenciado a partir principalmente de 1995 colocações diferenciadas sobre seu significado, à medida em que se modifica o conceito de Estado, diminuindo suas funções. Assim, antes dessa data era mais tranqüilo tomar o público com o significado de “servir a todos”, mantido e administrado pela sociedade política, isto é, pelo governo federal, estadual, municipal, através de contribuições dos nossos impostos e outros empreendimentos estatais. O privado era aceito como o que era mantido e administrado por pessoa física ou jurídica. Hoje se acentua o sentido do termo público, como “aquilo que é aberto, que serve a todos”. Assim, encontramos o termo público, referindo-se a organizações científicas, educacionais, hospitalares, etc, significando o que serve à comunidade de forma gratuita ou mesmo remunerada seja estatal inteiramente, quer quanto às verbas, quer quanto à administração, ou em parceria com o privado, ou seja, verba estatal e administração privada e até mesmo sendo só privada, tanto em verba quanto em administração. É fato que através dos tempos sempre houve a participação do Estado em diversas realizações de pessoas físicas e jurídicas privadas, principalmente no campo que nos reúne aqui a Educação dos diferentes e mesmo dos considerados normais. Isto era feito através de verbas, de ceder funcionários, prédios, terrenos, etc. E, se houve geralmente a prestação de contas das verbas governamentais cedidas, sabemos pelo relato de instituições e pela observação de algumas de nós que não tem ocorrido fiscalização estatal dos projetos pedagógicos que se desenvolvem nessas condições. De outro lado, também nós, sociedade civil, não desenvolvemos suficiente responsabilidade democrática para pedirmos e mesmo nos dispormos a verificar a adequação dos trabalhos escolares aí desenvolvidos. É como se não tivéssemos consciência de que estamos

pactuando com o que se realiza com as nossas contribuições de impostos e até mesmo com serviços voluntários, muitas vezes por nós desenvolvidos nesses locais. Aqui então reside já todo um débito de nossa responsabilidade histórica que é indispensável ser corrigido, principalmente à medida em que cresce o louvor às parcerias e se convoca a sociedade civil à prestação de serviços, geralmente não remunerados.

Em Educação Especial, o que vem sendo historicamente predominante nessas parcerias é a aliança do estado com instituições filantrópicas, que agindo muito sob a base de voluntariado, vem criando muitas vezes a imagem de que basta doar algum tempo ou dinheiro, sem que se lhes colha o resultado da eficiência do trabalho educativo. Este procedimento estará correto? Hoje algumas Organizações Não Governamentais, ONGs, estão procurando profissionalizar os voluntários. Já é um progresso, mas não deve suprimir a verificação da competência do desempenho, mesmo que todos envolvidos sejam profissionais. Sabemos que democracia é governo participativo e portanto sempre é preciso avaliar e melhorar a qualidade de atendimento.

Acreditamos que é importante aqui retomar o significado de PÚBLICO, que ainda resta

legalmente como DEVER DO ESTADO, pelo menos no que e refere à educação, centro de nosso encontro e tão enfatizada no discurso oficial. O art. 205 da Constituição de 1988 deixa a educação aberta à promoção, incentivo e colaboração da sociedade, mas o art.208, parágrafo 1º do inciso VII, expressa que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” e o parágrafo 2º do mesmo inciso acentua que “O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”. Esse ensino obrigatório e gratuito é pelo menos o fundamental (art.208, inciso 1), repetido na LDB 9394/96 no art.4º, “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: inciso I, “*ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”. Batalhemos por este direito, mesmo porque, considerando a Educação Especial preocupação básica desse encontro, percebemos que vem decrescendo a participação estatal, embora não tenha havido diminuição de impostos cobrados a nós cidadãos e tenham crescido os louvores à educação, enfatizada como fator de desenvolvimento, de melhoramento das condições de vida das nações.

Tabela 1

Ano	Total	Federal	%	Estatual	%	Municipal	%	Privada
1974	96.413	6.483	6,7	44.863	46,5	4.719	4,9	40.348
1981	104.268	1.481	1,4	52.954	50,8	4.401	6,1	43.432
1987	152.246	2.580	1,7	77.451	50,9	7.814	5,1	64.401
1988	166.290	2.605	1,6	82.770	49,8	11.388	6,8	69.527
1996	291.521	1.137	0,4	116.999	40,1	35.868	12,3	137.517
1997	334.507	1.157	0,3	123.461	36,9	48.164	14,4	161.725
1998	337.185	898	0,2	115.170	34,5	63.155	18,7	157.962
1999	374.129	840	0,2	119.946	32,1	72.041	19,2	177.838

Fonte: MEC/INEP/SEESP in Ferreira 2000

A tabela 1 mostra esse decréscimo da participação do setor público na Educação Especial, principalmente a partir de 1996. Nota-se o crescimento do atendimento privado, principalmente a partir de 1996. No setor público, embora tenha havido a transferência de responsabilidade do ensino fundamental para o município, ainda predomina o atendimento estadual, dado importante talvez, nas considerações das novas responsabilidades do município na procura de parcerias públicas estatais. Se considerarmos os dados de 1999 vamos ter a matrícula total de 374.129 alunos em que a porcentagem maior é de deficientes mentais - 197.996 - (52,9%) e a menor porcentagem é de problemas de conduta - 9.223 - (2,5%). Essas porcentagens devem ser olhadas com cuidado pois são frutos de interpretações dos diversos informantes nas escolas e também não tivemos acesso às conceituações sob as quais foram pedidas as categorizações.

Vamos agora refletir sobre EDUCAÇÃO, hoje enfatizada como fator de desenvolvimento econômico do país. Tomando a origem do termo educação, vem do latim *educare* - conduzir, mas essa condução, como todo conceito, sofre a ação do tempo, isto é o conceito de educação é como todo conceito filho do tempo e se parece com ele mais do que o filho com seus próprios pais (parafraseando Marc Bloch, 1952:32). Assim sendo, nós educadores temos assimilado no discurso e na prática que hoje a educação é o momento intermediário para a preparação do indivíduo para o "mercado de trabalho", entendendo que trabalho é o ingresso em tarefas criadas pela organização social globalizada dentro da apologia do consumo, em que o lucro é acumulado por uma fatia da humanidade. Acostumamo-nos a agir sem o preparo para o que aí vem sendo posto, não só o indivíduo fica desintegrado da participação social, como também não há o

propalado desenvolvimento econômico sustentado. A conexão educação com o desenvolvimento incrementou-se após 1945, término da segunda guerra mundial ao se constatar que os países com bom nível de educação alcançaram mais rapidamente a recuperação econômica. Considerou-se preponderante essa variável, sem salientar o peso político das outras variáveis, entre as quais, o interesse dos planos econômicos dos países hegemônicos (Estados Unidos e Rússia)³ no pós guerra. Vem-se aceitando, a partir de então, a organização mundial dentro da produção capitalista que foi envolvendo-nos nas suas múltiplas formas, inclusive gerencial, tomando conta do mundo como única forma de produção, hegemônica, após o desmantelamento da União Soviética.

O princípio de produtividade dessa visão de mundo penetrou na educação que vai correndo atrás da múltiplas formas exigidas pelo mercado em mudança acelerada. Vamos assim perdendo algumas dimensões de educação e de trabalho, ou seja, perdendo mesmo características do próprio homem, nós que nos dispomos a fazer a caminhada educacional com nossos alunos. Esquecemos o fundamental: que somos nós que construímos a história que aí está e que, portanto, podemos modificá-la. Assim, se de um lado somos condicionados, circunscritos por essa construção temporal que preparamos, de outro lado, há dimensões humanas perdidas que esperam ser recuperadas para modificar o que fizemos. Se tudo foi construído pelo trabalho, que é o meio pelo qual modificamos o mundo, o tornamos habitável pelo homem, o humanizamos, há dimensões do trabalho que constituem expressão de capacidades que vêm sendo desenvolvidas através dos tempos e que constituem manifestações importantes do humano, como, por exemplo, a expressão estética através da arte (literatura, pintura, dança, música,

³ Depois da 2ª Guerra Mundial, os EE. UU. afim de manter a sua expansão, assegurar o emprego no país, o escoamento dos estoques acumulados durante a guerra e mesmo o próprio pagamento dos débitos adquiridos pelos diversos países, propôs planos de ajuda econômica, entre eles: o Plano Marshall para a Europa, não aceito pela Rússia e países a ela ligados, e o Ponto IV para os países latino-americanos. O plano Marshall propunha empréstimos a longo prazo, doações e a colaboração dos envolvidos no fornecimento de matérias estratégicas, necessárias ao país proponente.

arquitetura, poesia, entre outras), manifestações emocionais expressas pelos sentimentos, desde as mais simples e subjetivas de dor, de alegria, até as que nos fazem perceber e sentir o outro, simpatizando-nos com ele, colocando-nos em sintonia com ele pela solidariedade, amizade, e que nem sempre estão presentes nas nossas preocupações educativas, embora sejam expressão do homem na sua existência plena.

Essas manifestações têm aberto outros trabalhos ou seja outras modificações da sociedade, encantando o mundo pela beleza quer da forma, quer das emoções que geram. Produziram trabalhos diferenciados através dos tempos, concretizados em realizações que extasiavam-nos ainda hoje. Assim cumprem-nos cultivá-las porque, sem dúvida, repercutirão em novas formas de organização social. Se de um lado, com o desenvolvimento das formas de produção preponderantes, hoje chegamos a um nível possível de vida melhor já usufruído por algumas nações e algumas fatias de nossa sociedade nacional, há um grande caminho a ser percorrido para que a grande maioria não só de brasileiros, mas do mundo goze os direitos à condições de vida digna. Então, precisamos ser capazes de nesse momento difícil, em que as condições de trabalho no capitalismo parecem se estrangular, sem perder o pé na realidade, nos condicionantes das dimensões estreitadas desse mercado de trabalho, ir enfatizando as outras dimensões humanas, abertas à outras formas de modificação do real, que através dos tempos, em outros contextos, já se mostraram criadoras e que agora, sob outras formas, é fato, deverão ampliar as dimensões da sociedade.

Interessante notar que nos discursos quer da sociedade política, quer da sociedade civil, não se nota explicitamente a defesa da educação do portador de necessidades especiais, PNE (nome atual e contestável dos considerados diferentes) dentro da ênfase de fator importante para o progresso econômico da nação. Através dos tempos se a tem defendido por razões filantrópicas ou para garantir-lhes a subsistência ou algum convívio social. Alguns estudos mais

abrangentes, evidenciam a dificuldade de inclui-los no trabalho e participação geral numa organização capitalista. A partir de 1970 com a colaboração dos integrantes do acordo MEC/USAID feito com os Estados Unidos para elaboração do Projeto Prioritário nº 31, do qual resultou o Centro Nacional de Educação Especial, denominação transformada desde 1986 (mais informações in G. Jannuzzi, 1997), a economia da educação, que foi mais intensamente penetrando na educação geral desde o término da segunda guerra, como mencionamos, repercutiu na Especial repetindo os argumentos antes presentes sobre a necessidade de diminuir os gastos estatais com ela, pois que utilizando experiência americana comprovavam que, mesmo sendo maior o custo com a educação de crianças "infradotadas", o total gasto para mantê-las durante toda a vida seria muito maior caso não recebessem "treinamento" (Pires, 1974:99). Defendiam também "o aspecto econômico de toda a família do infradotado" que com isso seria libertada para a produção. O desenvolvimento do país é defendido com a educação do superdotado, citando exemplos de vultos que influíram na arte, ciência, etc. (obra citada, p.100/101). Mesmo atualmente, não se tem encontrado a vinculação mais geral como o desenvolvimento do país, argumento que impregna a educação do dito "normais", a não ser também desses superdotados. Há aqui não só o desconhecimento quanto às capacidades dos diferentes, PNE, mas toda a vertigem da pressa que nos invade para alcançarmos não só o último conhecimento surgido, mas os possíveis lucros deles auferidos, dentro de uma sociedade voltada para valores de consumo, revestidos de roupagens atraentes pelos meios de comunicação de massa. No entanto, há toda a riqueza que pode ser apreendida com a dimensão do diferente, seja de gênero, de raça, de físico, de intelectualidade. Pensemos em algumas: primeiro, muitas vezes de forma contundente nos patenteiam a diversidade humana no seu aspecto manifesto físico ou intelectual, lembrando-nos que todos temos as limitações, que vão se ampliando com a idade, e que com eles podemos aprender a viver dentro

delas, utilizando as que restam e mesmo tentando desenvolver as que enfraquecem, pelo exemplo vivido por eles. Depois, os fortes condicionantes da organização social, reproduzidos na vida social pelos setores investidos de poder que vão tecendo a realidade adequada a eles, facilitam o desenvolvimento de certas percepções, de certos comportamentos, necessários à sobrevivência dos que devem se adaptar para subsistir. E assim, contraditoriamente, desenvolvem também, junto com procedimentos de adaptação, outras potencialidades não necessárias aos que gozam da estrutura de poder. Desta forma vão alargando perspectivas não visualizadas pelos poderosos. Vejamos por exemplo nós mesmas mulheres. Será que agora a ocupação de lugares públicos importantes e as manifestações competentes que presenciamos de algumas empresárias, magistradas, artistas, etc. não foram fruto da nossa necessidade de resolver problemas diversos utilizando potenciais racionais, afetivos, emocionais, solicitados ao mesmo tempo, juntos, nos problemas cotidianos de nossa subsistência? O exercício agregado dessas potencialidades, não terá facilitado a própria forma de organização de nossa luta? Será que não foi usando a nossa perspicácia, ou seja, a sutileza de atuar em pontos vulneráveis, mas nem sempre muito evidentes ao racional “puro” na sua forma masculina de significação? Pensemos um pouco sobre tal hipótese, que já está sendo percebida por algumas de nós e que talvez mereça verificação.

Quanto à área que nos trouxe aqui, o dito PNE, será que os conhecemos suficientemente? Será que não estamos ainda voltados para fazê-los reproduzir só o nosso mundo, o da maioria? Vygotsky que trabalhou tão bem com eles, salientou que havia a compensação do defeito que “se produz por uma via indireta muito complexa, de caráter social e psicológico geral; não se trata de que o cego veja através dos dedos, do tato, senão que se formem mecanismos psicológicos que permitam através desta via, compensar a falta de visão” (Vygotsky, 1989). Há aqui toda uma aprendizagem a ser explorada, e que nos pode auxiliar não só nas teorias de

aprendizagem, mas nas possibilidades de modificar o mundo e encontrar outras formas de organização de trabalho. Aprendamos a olhá-los. Há muitos séculos, os grandes pedagogos vêm enfatizando que o princípio de aprendizagem deve ter como referência o próprio aluno. Isto é, parte-se do ponto em que o aluno está, sistematiza-se os conhecimentos necessários, através de organização dos saberes e se os procura atingi-los por métodos e técnicas apropriadas, para que ele possa sempre avançar nessa apropriação de conhecimentos necessários a um tempo e a um lugar. Defendia-se que para o PNE uma das formas se faria intermediariamente nas classes, escolas, oficinas segregadas, para depois inseri-los quer nas classes regulares, quer no trabalho produtivo. Embora não se tenha apoio em dados estatísticos de quantos cumpriram tal objetivo, faltem-nos avaliações quer de quantos o conseguiram, quer da competência dos estabelecimentos de ensino, olhando-se nas nossas cidades as instituições escolares especializadas, ainda repletas, esperando vagas para outros, pode-se presumir da estreiteza dos resultados. Então, a partir principalmente de 1994 entre nós, passou-se muitas vezes a defender a volta às escolas e trabalhos regulares, e até mesmo a realizar extinção de classes especiais e instituições especializadas. Aqui, é preciso ter em mente que o princípio, defendido há muitos anos, de partir do aluno continua importante e que também o desenvolver o máximo possível os conhecimentos necessários a viver num tempo e num lugar são fundamentais. Então não basta a volta à escola regular, sem esses elementos que constituem na verdade a qualidade de ensino, e são assegurados pela LDB 9394/1996 e recentemente enfatizados pelo Plano Nacional de Educação. Encontrar meios de realizar isto é a nossa tarefa pedagógica. É preciso notar também que continuamos a repetir o que tradicionalmente tem sido norma na educação brasileira, a falta de avaliação dos resultados. Assim estamos inserindo esses alunos em classes regulares com ou sem salas de recursos sem verificação; pelo menos não conhecemos

nenhuma divulgação nesse sentido. Tomando-se como exemplo dois dados disponíveis: em 1996 num total de 291.521 PNE – 13.476 estavam em classes regulares, portanto 5%. Dois anos mais tarde, em 1998, em 337.185 PNE, 43.423, portanto 13% estavam inseridos em classes regulares. Foi válido?

E agora, com a descentralização do ensino fundamental o desempenho dessa tarefa ficou nas mãos das prefeituras, e portanto cabe a cada uma encontrar as vias possíveis para isto, utilizando trabalho conjunto das diversas secretarias, uma vez que educação é um problema complexo necessitando da infra-estrutura da saúde desde os meios de prevenção no atendimento pré, inter e pós-natal; de saneamento básico, tratamento de doenças infecciosas, etc.; de urbanismo, desde os locais escolhidos para criação de escolas; da secretária de transporte, para o acesso ao atendimento básico; da secretaria de trabalho, porque não basta educar sem um possível futuro (e aqui estão as outras dimensões já postas de trabalho): da previdência social, pois que sem meios de subsistência quem poderá estudar? Enfim é todo um trabalho de equipe que urge incrementar no país, sem o que não haverá a tão propalada gerência operacional e a educação dita de qualidade.

E é preciso, para finalizar as colocações, que dada as condições gerais da grande população brasileira, é realmente indispensável que, pelo menos as áreas de educação e saúde recebam as prioridades políticas do governo, obedecendo os preceitos constitucionais quanto à gratuidade e qualidade dos serviços e que nós, educadores, auxiliemos, através de um trabalho competente a nossos alunos terem argumentos e capacidade de luta para defender os direitos nesse sentido.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria de Lourdes P. *A Apropriação do Conhecimento Público pelo Setor Privado na Relação Universidade-Empresa: um estudo a partir do caso da UNICAMP*. Campinas, UNICAMP, tese de doutoramento, 2001.
- BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra. Aprende e Ensina*. Campinas, Autores Associados, 1999.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1952.
- BRASIL/INEP/SEESP. 2001 www.gov.br/seesp/dados.shtm
- CAÇÃO, Roseli. Interlocução na UNICAMP, 16/04/2001.
- CLOUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações. A Época Contemporânea: v.2: Os Estados Unidos*, tomo VII, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 3.ed. p.99-120. 1973.
- ENGUITA, Mariano F. *Es Pública la Escuela Pública?*, xerox, 1999.
- FERREIRA, Júlio R. *Políticas Educacionais e Educação Especial, MG*. Caxambu, comunicação apresentada na reunião da ANPED, G.T., Educação Especial. 2000.
- FOLHA DE S.PAULO, 8/04/2001, C9.
- FRANCO, Rolando/SÁINZ, Pedro. "La Agenda Social Latinoamericana del año 2000" in *Revista de la Cepal*, 73, Abril, p. 65-66, 2001.
- GATTI, Bernadete. *Formação de Professores: problemas e movimentos de renovação*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- HOUART, François. *Sociedade civil e Espaço Público*. Porto Alegre: Forum Social Mundial, Biblioteca das Alternativas, xerox, 2001.
- JANNUZZI, Paulo De Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. Campinas SP, Editora Alínea, 2001.
- JANNUZZI, Gilberta. As políticas e os espaços para a criança excepcional; in FREITAS, Marcos Cezar (org) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.183-224, 1997.
- JANNUZZI, Nicoláo/JANNUZZI. Gilberta. Incidência de deficientes no Brasil segundo Censo Demográfico de 1991: resultados empíricos e implicações para políticas. Caxambu MG, *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 1998.

JANNUZZI, Gilberta. *Educação Especial nos anos 90: reflexões*. Trabalho feito por solicitação da ONG Ação Educativa, não publicado na íntegra, sob minha aquiescência, 2000. MJ/CORDE/IPEA. 1999. www.mj.gov.br (Corde)

PIRES, Nise. *Educação Especial em Foco*. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Nereide. *Saber Escolar, Currículo e Didática*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

VYGOTSKY, L.S. *Fundamentos de Defectologia*. Cuba Havana, Editorial Pueblo y Educación, 1989.